

Governo vai tentar mudar

mia

5/6/88, DOMINGO • 11

índices no segundo turno

O Governo pretende tentar alterar, no segundo turno da votação constitucional, os índices de transferência de receita da União para os Estados (24%) e para os Municípios (40%) previstos na Constituição.

A prevalecer o texto até agora aprovado pela Constituinte, o Governo vai transferir também para os Estados e Municípios encargos, hoje sob a responsabilidade da União, equivalentes ao montante a ser transferido em receita. Para 1989, segundo dados da Fazenda, esses recursos representariam cerca de 5% do Produto Interno Bruto.

Como a discussão constitucional é lenta e imprevisível, receosos de serem surpreendidos por uma incapacidade do Governo de reverter as condições fixadas no texto constitucional, a Secretaria do Planejamento e o Ministério da Fazenda já estão trabalhando na reprogramação dos encargos da União, com o fim de definir com maior precisão, aqueles que poderiam ser repassados, sem grandes problemas, para os governos estaduais e municipais.

A União, nesse caso, ficará com apenas 36% da receita líquida e com a responsabilidade de manter as contas equilibradas. O déficit público para 1989 não poderá exceder a 2%, segundo compromisso assumido pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional. Mas para chegar a ele é preciso já este ano reduzi-lo para 4%.

O Ministério da Fazenda e a Secretaria de Planejamento entendem que quanto maior for a transferência de recursos para os Estados e Municípios, tanto menor será a pressão dessas unidades sobre os cofres da União.

Recompor a receita

Essa é, entretanto, uma abstração, porque, segundo a Seplan, o que está ocorrendo, já nesse momento, é uma queda vertiginosa da receita corrente líquida. De 9,5% do PIB em 1986, ela chegou em 1987 a 8,6%, e até o mês de abril a receita real teve uma redução de 6,4%.

Daí, a decisão, já adotada internamente, de reter uma maior parcela possível do imposto de renda na fonte e de reduzir o volume do imposto a restituir. A eliminação gradual e rápida dos incentivos e subsídios, em especial os do trigo e da estocagem de produtos agrícolas, é fato praticamente consumado. Espera-se chegar, no final, a um corte da ordem de Cz\$ 1 trilhão. Este ano, entretanto, alguns subsídios, ainda representativos, serão mantidos: casos do açúcar, do crédito rural e para a exportação, que consumirão ainda cerca de Cz\$ 350 bilhões.

Outra decisão também é eliminar as necessidades de financiamentos das empresas estatais federais, estaduais e municipais. Em 1988 elas não poderão apresentar um déficit global superior a 0,5% do PIB. Esse déficit está sendo estimado em 1,8%.

A Previdência Social, outra área que ameaçava pesar sobre o déficit público não poderá gastar mais que seu orçamento. Apesar da opção do governo Sarney pelo social, o Tesouro não garantirá déficit do setor superior a 0,3%.

As tarifas dos serviços públicos vão manter reajustes reais sobre ganhos reais já conseguidos na área da energia elétrica (mais 15,9%), telecomunicação (mais 9,5%), serviços postais (40,7%), serviços portuários (20,5%) e aços planos (20,5%). O custeio e os investimentos de capital do Governo deverão contribuir com um corte de, pelo menos, 0,9% do déficit público.